

ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 15-12-2021.

---

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Claudio Janta, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Aírto Ferronato, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Comandante Nádia e Mauro Zacher. A seguir, foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 035/21, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 386, 557, 558 e 524/21, este discutido por Leonel Radde, os Projetos de Lei do Executivo nºs 049 e 050/21 e o Projeto de Resolução nº 070/21; em 2ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/21, discutido por Lourdes Sprenger, Jonas Reis e Leonel Radde, e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 445/21 e 122/20, este discutido por Claudio Janta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aírto Ferronato, Claudio Janta, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Lourdes Sprenger e Laura Sito. Às quinze horas e vinte e quatro minutos, em cumprimento a deliberação do Colégio de Líderes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Boa tarde, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, sejam bem-vindos. Em especial, quero registrar os nossos cumprimentos ao ex-presidente desta Casa, pois hoje foi descerrada a fotografia, na galeria dos ex-presidentes, do Ver. Reginaldo Pujol, sempre vereador. Quero aproveitar também esta oportunidade para fazer um registro e os nossos efusivos cumprimentos ao Ver. Gilson Padeiro pelo transcurso do aniversário. Feliz aniversário, Ver. Gilson Padeiro, meus parabéns, vereador, tudo de bom, que Deus ilumine e lhe dê saúde.

Peço que a nossa assessoria convoque o nosso diretor legislativo, para que possamos dar início aos trabalhos através da chamada. O diretor Luiz Afonso também estava nos atos comemorativos da inauguração da foto do ex-presidente Reginaldo Pujol.

Hoje teremos um dia de muito trabalho. Lembrando que, logo mais, estaremos fazendo a eleição da Mesa e das comissões, e também teremos a realização de uma reunião conjunta das comissões. Acredito que hoje nós iremos até um pouco mais tarde, em favor da cidade, em favor das pessoas, pela efetividade do serviço legislativo.

De imediato, convido o nosso diretor Luiz Afonso para proceder à chamada para darmos início à sessão.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e três Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0841/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 035/21**, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que estabelece regime urbanístico para as áreas das entidades associativas de que trata a presente Lei e dá outras providências. **(SEI 037.00294/2021-86)**

**PROC. Nº 0922/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 386/21**, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Rua Antônio Alceu Azeredo o logradouro público não cadastrado conhecido como Beco Quatro Vila Tronco, Bairro Santa Teresa. **(SEI 034.00404/2021-11)**

**PROC. Nº 1193/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 524/21**, de autoria do Ver. Leonel Radde, que inclui o Dia Internacional contra o Fascismo e Antissemitismo no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 17 de agosto. **(SEI 208.00270/2021-18)**

**PROC. Nº 1247/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 557/21**, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Rua Oraci Henrique Correa o logradouro

público cadastrado conhecido como Rua 3793, localizado no bairro Sarandi. **(SEI 138.00039/2021-13)**

**PROC. Nº 1248/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 558/21**, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Rua Lourdes Maria Rodrigues Oliveira o logradouro público cadastrado conhecido como Rua 3789, localizado no bairro Sarandi. **(SEI 138.00040/2021-48)**

**PROC. Nº 1251/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 049/21**, que altera o *caput* e inclui os §§ 1º e 2º e revoga os incs. I e II do *caput* do art. 3º da Lei Municipal nº 9.229, de 9 de outubro de 2003, que define critérios para os serviços de transporte por lotação e seletivo, suas tarifas e inserção no sistema de transporte público da cidade de Porto Alegre, dispondo que o valor da tarifa do serviço seletivo de lotação será, no mínimo, o valor da tarifa do transporte coletivo. **(SEI 118.00334/2021-90)**

**PROC. Nº 1266/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 050/21**, que altera o Anexo II da Lei nº 12.884, de 15 de outubro de 2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022. **(SEI 118.00335/2021-34)**

**PROC. Nº 1233/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 070/21**, de autoria da Mesa Diretora, que altera a denominação do Capítulo V, inclui arts. 11-A a 11-J e revoga os arts. 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 da Resolução nº 1.319, de 18 de julho de 1996 – que institui o Código de Ética Parlamentar –, criando a Comissão de Ética Parlamentar. **Com Emenda nº 01, das Ver<sup>as</sup> Cláudia Araújo, Mônica Leal, Lourdes Sprenger, Daiana Santos e Karen Santos e do Ver. Claudio Janta.** **(SEI 014.00044/2021-69)**

## 2ª SESSÃO

**PROC. Nº 0471/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 021/21**, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui art. 10-A na Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema –, e alterações posteriores, obrigando os condomínios residenciais e comerciais localizados no Município de Porto Alegre a comunicarem às autoridades policiais ocorrência ou indícios de casos de maus-tratos, bem como quaisquer violações de direitos de animais, em suas unidades condominiais ou áreas comuns. **(SEI 034.00187/2021-51)**

**PROC. Nº 0303/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 122/20**, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Semana Municipal da Cirurgia Bariátrica no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações

posteriores, na semana que incluir o dia 3 de agosto, e dá outras providências. (SEI 024.00060/2020-61)

**PROC. Nº 1045/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 445/21**, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que denomina Rua Maria Alcina da Silva o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Dois Lot Dos Ferroviários, localizado no Bairro Humaitá. **Com Emenda nº 01, do Ver. Alvoní Medina.** (SEI 020.00023/2021-37)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Boa tarde, Sr. Presidente, membros desta Casa, vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias, através da TVCâmara e que nos escutam através da nossa rádio, que nos acompanham pelas plataformas; quero saudar o secretário André Barbosa, secretário de administração, que se encontra presente nesta Casa. Quero saudar o secretário da SECOVID, que se encontra presente na nossa Casa, e a todas pessoas que nos assistem.

Nós voltamos a falar num tema que está na Pauta, que é uma proposta nossa, que é discutir, na cidade de Porto Alegre, botar no calendário da cidade de Porto Alegre, o dia de conscientização dos bariátricos, da obesidade, de pessoas que diariamente, na nossa cidade, vêm passando por dificuldades. Dificuldades extremas, dificuldades das pessoas que moram na periferia, de acesso às suas casas, a questão do sistema de transporte como um todo, não só o transporte de ônibus, de lotação, os próprios táxis, os aplicativos, esse novo modal que se instala em Porto Alegre que são as motocicletas, que levam uma pessoa atrás, o *tuk-tuk*, como chamam, a dificuldade que um obeso tem de coisas simples na nossa cidade, que são difíceis para um obeso, assim como são difíceis para um cadeirante, assim como são difíceis para as pessoas que têm dificuldade de locomoção.

Nós aprovamos, aqui nesta Casa, uma lei, de minha autoria, que inclui nas prioridades de vaga de estacionamento, todas as prioridades de pessoas com deficiência ou obesidade. Eu digo isso, porque a gente vê, quando vai nos estacionamentos, aquelas vagas reservadas para gestantes, para idosos, perto da porta de acesso. Eu costumo dizer para as pessoas que uma gestante, no período em que começa a adquirir peso, barriga, lá pelo sexto ou sétimo mês, quando começa a sentir aquele peso nas pernas; uma pessoa idosa que está indo ao supermercado... Agora, vocês imaginem um obeso, uma pessoa que tem que sair de um lado do estacionamento e ir para o outro. Então, nós, com a sensibilidade dos pares, incluímos, nessa questão das vagas de estacionamento, espaço para as pessoas obesas. Mas o que nós precisamos ter mesmo é uma política pública que venha a facilitar a vida dessas pessoas para fazer a cirurgia - a bariátrica. As pessoas precisam de imediato, quando tem a decisão de fazer a cirurgia, de um acompanhamento psicológico, é preciso de uma quantidade imensa de exames, desde os corriqueiros, exames de sangue, exame do corpo, do abdômen, ecografia; uma série de

exames que são imprescindíveis para a pessoa entrar para a cirurgia bariátrica, exames que, quando a pessoa faz com plano de saúde ou faz particular, levam em torno de quatro a seis meses para fazer. Só que na rede pública esses exames levam a média de 10, 12 anos para realizar, porque é por agendamento. A pessoa vai no clínico geral, e ele vê que a pessoa está com problema de pressão alta, diabetes, com problema no fígado, está com problema de circulação; a causa disso tudo é obesidade, só que ela tem que fazer uma série de exames. O clínico encaminha ela para fazer esses exames; e essa pessoa começa a fazer os exames, mas para nos exames mais complexos que demoram de um ano a dois anos. Quando ela vai fazer esses exames complexos, perdeu a validade dos exames iniciais. Então, é uma peregrinação imensa, e isso vai aumentando a frustração, isso vai aumentando o estágio que a pessoa se encontra. Ninguém é gordo por opção, ninguém é gordo porque acordou e resolveu ser gordo, começou a comer, comer, comer. Isso se vê muito filme, se vê em atores que têm que fazer um certo personagem, um certo papel, mas, na vida real, é diferente, é bem diferente, pessoas que vêm com a sua dificuldade alimentar desde a infância, muitas vezes a alimentação principal sendo a merenda na escola, e essa pessoa vem armazenando, pode-se dizer sim, energias. Então, é importante, na nossa cidade, ter um período em que a gente discuta a questão da obesidade, mas, principalmente, a possibilidade da cirurgia bariátrica. É uma nova data de vida para pessoa obesa, é uma nova expectativa de vida para a pessoa obesa que diminui a maioria dessas doenças que eu falei agora, pressão alta, gordura no fígado, diabetes e uma série de coisas. Então é imprescindível que a nossa cidade faça essa discussão e se inclua esse tema no calendário de datas de Porto Alegre, para que os órgãos públicos puxem essa discussão para dentro da nossa cidade e para dentro das suas casas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Neste período de pauta, eu quero me referir ao Processo nº 0471/21; lamento que o autor não esteja aqui, nosso colega Ver. José Freitas, O projeto obriga os condomínios residenciais e comerciais a comunicarem às autoridades policiais a ocorrência ou indícios de casos de maus-tratos, bem como quaisquer violações dos direitos humanos em suas unidades condominiais ou áreas comuns. É muito importante essa preocupação para coibir maus-tratos em qualquer ponto da cidade, em qualquer ponto do mundo. Mas eu vejo que a aplicação desta lei vem dificultar. O que se faz hoje? Tem uma denúncia, tem que juntar as provas e levar na delegacia local ou na delegacia que tem o selo de Amiga dos Animais, que são duas em Porto Alegre, e abrir um boletim de ocorrência para investigação. Também, nós temos casos de maus-tratos que podem ser denunciados à Prefeitura pelo número 156, onde a fiscalização está sob o comando da Guarda Municipal. Também, podemos fazer uma

denúncia no Ministério Público com as devidas comprovações, pode ser via *on-line*; tem, também, a delegacia *on-line*, mas é muito demorada, a presencial sempre é mais rápida. Então, essa obrigatoriedade aos condomínios eu vejo como uma dificuldade, não sei nem se é constitucional, mas a ideia, a proposta é válida, soma-se ao esforço de tantas pessoas que combatem os maus-tratos. E quem maltrata animais, maltrata humanos, porque isso está na índole, entre outras situações. Então, era essa a colocação que eu queria fazer, antes de o projeto tramitar, hoje ele está na sua segunda sessão. Também, as pessoas, por hábito, ligam muito para nós fazermos as denúncias, as pessoas não querem se expor. Para isto tem o 156, pode pedir sigilo, a denúncia no Ministério Público também; a pessoa deve ir, não precisa esperar uma lei, pois nós temos a Lei nº 14.064, conhecida a Lei Sanção. Ela foi criada em função de um vizinho ter decepado as patas de um *pitbull*. Isso gerou grande comoção nacional. Então, essa lei não é brincadeira, essa lei não tem troca por cesta básica, esta lei é para todos. Infelizmente, as pessoas, às vezes, não estão bem orientadas e não sabem que essa lei, num processo bem montado de maus-tratos, dá reclusão, ou seja, regime fechado de 2 a 5 anos de cadeia. Então, para que todos saibam que os maus-tratos hoje não é mais a troca de cesta básica, a limpeza num determinado estabelecimento, um trabalho na Prefeitura ou o ensino de aula numa escola. Não, hoje não é mais assim. Nós chamamos esta atenção: não precisamos aguardar uma lei municipal, nós temos leis estaduais e federais para combater os maus-tratos. Muito obrigada.

(Não revidado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que acompanha a sessão, que está nas galerias, servidoras e servidores desta Casa, que tanto trabalham, para que a gente possa discutir as matérias, os projetos de lei; vocês, que, muitas vezes, estão aí nos bastidores da Câmara de Vereadores, não são vistos, não são lembrados e é importante frisar isso: parabênzo o trabalho de vocês, sempre muito qualificado, pessoas muito competentes que atuam para que essa Câmara exista; muitas vezes são os vereadores que aparecem, os 36, nas câmeras, nos espaços, mas, por trás, há muito servidor de carreira e também cargos comissionados, pessoas que estão lutando, para que a cidade possa avançar.

Nós hoje vemos a importância de termos, cada vez, mais legislação em defesa de todas as formas de vida. Os animais não conseguem se defender sozinhos. Ontem, tivemos uma grande vitória nacional. Nacional! Uma deputada de orientação extremista, de extrema-direita queria liberar a caça esportiva. A caça esportiva ela queria liberar no Brasil. Isso é um absurdo! Onde já se viu tratar a vida do animal desta forma? Matar por esporte. Já pensou, uma parlamentar dessas, solta por aí? Se nós fôssemos animais, estaria matando a gente! Pensem nisso. Por isso, foi uma vitória nacional a retirada da urgência na tramitação desse projeto escandaloso, vergonhoso. E

em Porto Alegre, a gente precisa aperfeiçoar. Nós não estamos bem em Porto Alegre. Claro, não estamos tão atrasados, porque nós temos muitas protetoras e protetores que fazem um trabalho voluntário esplendoroso nessa capital. Os meus parabéns a todas e todos vocês, protetores individuais, associações, ONGs, grupos que atuam em vários bairros da cidade; vocês são fundamentais na proteção, na denúncia aos maus-tratos. Só que eu quero dizer que o 156 – Central de Atendimento ao Cidadão não está bom nisso. O 156 está muito mal para fazer acontecer, de fato, a fiscalização dos maus-tratos. A gente liga, e a demanda fica um tempão lá, ninguém vai. Nós já denunciávamos vários animais acorrentados, sem água, sem alimentação, em pátios de pessoas que saem, abandonam, ficam cinco, seis dias... O animal fica lá sem água, sem alimentação. Que cidadão é esse? Que coração é esse dessas pessoas? E o poder público não pode falhar. Ele tem que atuar com energia e tem que ter recurso público para isso. Não é possível, já passou um ano. Qual é a proposta, qual é a estrutura para aperfeiçoar? Isso estou falando só no direito dos animais. Eu poderia falar de outros setores da Prefeitura que estão sucateados, porque falta RH. Não adianta dizer que tem política de direitos dos animais, de proteção, se não tem recursos humanos. Tem que nomear: veterinários, técnicos. Se é para ter um Gabinete da Causa Animal, tem que ter mais pessoas lá. Já se mostrou que tem poucas pessoas, precisa ter mais, nomear mais. Tem que criar um movimento nesse sentido, prefeito Melo, tem que criar. E, além disso, quero lembrar vocês, a Vigilância Sanitária hoje demora cinco, seis meses para expedir um alvará sanitário. Mas como isso, um cidadão vai esperar para o seu comércio funcionar com cinco, seis meses sem renda, sem ele ter de onde tirar dinheiro, recurso para trabalhar? Nós estamos falando de microempreendedores. Sabem por que a Vigilância Sanitária está assim? Porque não tem nomeação de servidores! Tem que ter nomeação de servidores! Isso é fundamental, é importantíssimo! Para concluir, meu Presidente Bins Ely, quero inclusive enviar um abraço ao senhor, que está perto de encerrar o mandato na presidência, que muito bem conduziu as sessões. Agradeço o trabalho nesse período, aproveito este período para deixar essa lembrança. Gostaria de dizer, gente, que nós precisamos, como está aqui na nossa pauta de hoje, avançar na defesa de todas as formas de vida nesta cidade. Não somos só nós! A cidade não é feita só de pessoas.

Também, quero denunciar aqui a atividade higienista que fizeram na Rua Gaspar Martins ontem, dia chuvoso. Recolheram cobertores, pertences dos moradores em situação de rua. Não é política para Guarda Municipal e DMLU, não, seu prefeito! É político para a FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania. Ou nós botamos os pingos nos is ou nós vamos ir para o Ministério Público com relação a essas questões. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Meu caro Presidente Márcio, Sras. e Srs. Vereadoras, senhoras e senhores; vou usar este meu tempo de liderança. Sei que poderia falar por cinco minutos, mas eu acredito que, com dois minutos, vou manifestar aquilo que me propus agora.

Hoje, o DMAE completa 60 anos, o nosso Departamento Municipal de Água e Esgotos foi criado em 15 de dezembro de 1961. Em 2019, incorporou o sistema de esgoto pluvial que era atribuição do DEP - Departamento de Esgotos Pluviais - departamento que eu tive a honra de ser o seu diretor de 2001 a 2004. Como atribuição, o DMAE tem a captação, o tratamento e a distribuição de águas, assim como a coleta e tratamento de esgoto sanitário. Temos lá 1.500 pessoas, cumprimento o DMAE e os seus servidores pelos seus 60 anos! E o DMAE é uma prova de que o serviço de qualidade pode ser prestado com modicidade tarifária. Cumprimento mais uma vez ao DMAE por todo o trabalho dedicado ao longo de 60 anos. Quero saudar o DMAE, parabenizar a todos - a direção e seus servidores - e fazer um apelo: sou contra qualquer tipo de privatização do nosso Departamento Municipal de Água e Esgotos. Falo em meu nome e em nome do meu partido PSB. Obrigado e um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; boa tarde, audiência da TVCâmara. Temos, em Pauta, hoje, o já citado projeto do Ver. José Freitas que tem como objetivo a proteção dos animais e a denúncia de casos de violações aos direitos humanos. Parabéns ao vereador; com certeza, terá o nosso apoio neste projeto meritório que é, extremamente, importante.

E como também já foi citado aqui, felizmente, a lei federal absurda que permitia a caça esportiva, nem dá para chamar de esporte uma excrescência como essa, foi retirada de pauta da votação, mas ainda não foi arquivada. Então, tem que ter mobilização total e absoluta, para que esse tipo de absurdo não prospere no nosso País. Já chegam os absurdos aos quais somos submetidos todos os dias. E, em Pauta, também temos um projeto de lei do nosso mandato que tem como objetivo definir a data do dia 31 de maio, uma data simbólica do antifascismo e da luta contra o antissemitismo, o dia da luta pelos direitos humanos e contra a intolerância, a extrema direita. É uma data que existe já no mundo inteiro. Nós queremos que seja uma data representativa na nossa cidade, tamanha relevância, e nós entendemos que seja necessária no combate à intolerância, porque o antifascismo impõe uma prática que é antirracista, anti-LGBTfóbica, antissexista, antimisógina e impõe uma pauta a favor da diversidade, da pluralidade - tudo isso está encampado na luta antifascista. Muitos atacam a pauta, dizendo que, supostamente, a esquerda não saiba o significado real de fascismo, mas o significado real de fascismo está embasado na lógica do anticomunismo,

antimovimentos de esquerda, antimarxismo, antianarquismo. Ele tem ojeriza a qualquer movimento de esquerda, tem ojeriza à diversidade, à pluralidade; ele é racista, ele é misógino, ele é LGBTfóbico, ele prega o poder pela força, o ódio à academia, o ódio àqueles que se posicionam nos movimentos sociais – tudo isso faz parte da lógica fascista. E é por isso que nós temos que nos posicionar. E é por isso que nós temos que ter uma data na nossa cidade que marque a nossa luta contra a extrema direita, que marque a nossa luta contra a intolerância, contra essa ideia do poder pela força, contra o ataque à democracia que é perpetrado pelo fascismo e contra essa lógica que transcende a 2ª Guerra Mundial e que chega aos dias de hoje e que se confunde com o negacionismo, com o movimento antivacina, com aqueles que tentaram dar o golpe no Capitólio, com aqueles que invadiram a Câmara de Vereadores. Inclusive, um dos seus representantes da invasão da Câmara transita aqui de forma deliberada, mesmo após ter violentado alguns vereadores aqui dentro, mesmo depois de vereadores e vereadoras terem sido ameaçados por um *e-mail*. Eu peço que a Casa tome providências contra essas pessoas que já foram, inclusive, expulsas da Assembleia Legislativa e que não podem estar na Assembleia Legislativa. Os vereadores e vereadoras desta Casa não podem ser intimidados por pessoas violentas e que pautam o seu discurso no ódio e na intimidação. Se entraram nesta Casa, num evento que ficou mundialmente famoso, que manchou a imagem de Porto Alegre, que manchou a imagem da Câmara Municipal de Porto Alegre, nós não podemos aceitar que essas pessoas sigam transitando, deliberadamente, nesta Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Como diz o Ver. Jonas, povo de Porto Alegre, mas eu quero dizer povo do Rio Grande do Sul. Eu vou usar este espaço, que entra em milhares de casas e em centenas de municípios do nosso Estado, para fazer um apelo aos prefeitos e à população em geral, em relação às festas que se aproximam do Natal, mas principalmente do Ano-Novo. Várias prefeituras cancelaram as festas oficiais que os municípios iriam fazer na virada do ano, e o apelo que eu faço é que o poder público se posicione sobre o uso de fogos de artifícios nesse período. Os fogos de artifícios embelezam os céus, significam vitórias, esperança, mas eles não precisam ter o estouro, eles não precisam ter o barulho, podem ser fogos luminosos que deixam o céu lindo e maravilhoso, com diversas cores, diversos formatos. O estouro dos fogos de artifícios no ouvido de uma criança autista é algo que irá estragar o Natal e o Ano-Novo de uma família. O estopim, que também prejudica os animais, Ver. Lourdes, numa criança autista é repicado várias vezes. O Ver. Oliboni aprovou, nesta Casa, uma lei que proíbe esse estouro. Nós ajudamos a construir, junto com o Ver. Oliboni, essa lei, principalmente em relação aos autistas; não só em relação aos autistas, mas também em relação aos animais e da população em geral. Muitas pessoas se machucam com os

fogos de artifícios, o número de acidentados que chegam nos hospitais é grande. O que a gente tem visto e acompanhado, nessas datas, agora mesmo no final de um campeonato de futebol, é que centenas de crianças se esconderam em baixo da cama, dentro do guarda roupa ou ficaram cobertas de cobertores, edredons, em função do número de fogos com estopim. Imaginem uma família, à mesa, reunida, na expectativa de abrir os presentes de Natal, na expectativa de uma virada de ano que tenha, de fato, a confirmação da ciência sobre a ideologia, que tenha uma vacina que salve vidas, de que se tenha um mundo melhor, e, quando começam os fogos, e, naquela mesa, naquela família, tem uma criança autista. Essa criança entra em crise, entra no seu mundo azul, e o que era para ser uma festa de esperança se transforma num pesadelo. Nós temos relatos de mães cujo filho chega a ficar três dias dentro de um guarda roupa, embaixo de uma cama, em função do estouro dos fogos de artifícios. Então, prefeitos que nos escutam e nos acompanham, líderes de partidos, líderes de governo, por favor, vamos fazer uma campanha, para que, nesse final de ano, a gente tenha um céu iluminado, mas não um céu barulhento; que, neste final de ano, a gente tenha todas as cores do arco-íris, de Oxum Maré, que será o regente do ano que vem, mas que não se tenha o estrondo de Iansã. Esse estrondo, essa explosão, tira uma criança autista do seu ambiente, faz com que uma família, no dia 25, tente se recompor até o dia 28, 29, para, no dia 31, voltar todo esse transtorno novamente. Então, pode ter um céu iluminado, pode ter um céu de todas as cores, agora, o que não pode ter é o estrondo no ouvido de uma criança autista, o estrondo que faz os cachorros se enfiarem embaixo dos móveis, ficarem latindo e se temendo, pois esse som se multiplica, muitas vezes, na audição de uma criança autista. Então, fazemos esse apelo, para que, no final do ano, as prefeituras fiscalizem, façam uma campanha de educação, usem a mídia; esperamos, também, que a grande mídia, os jornais, rádios, televisão, as redes, propagandeiem que nós não podemos levar até as famílias de crianças autistas o estrondo dos fogos de artifício; que nós possamos levar as cores, Ver. Oliboni, que é o que prevê a lei que nós aprovamos nesta Casa, para o céu, mas jamais as rajadas de trovão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para um Comunicação de Líder.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa Sessão nesta tarde, quero seguir o debate do nobre colega Ver. Claudio Janta, que refere o problema que surge com a vinda das festas de final de ano, mais precisamente o Natal e o Ano-Novo, quando há aquele glamour, em muitas regiões da cidade, inclusive quando há a tradição de se fazer, pelo poder público, aquele evento de final de ano com fogos de artifícios. Já há um bom tempo, inúmeras câmaras de vereadores, inúmeros governos, seja municipal ou estadual, trabalham essa questão da proteção das pessoas, não só as autistas, como também dos animais. E quem tem uma pessoa autista ou até

mesmo um animal em casa percebe que um ruído, um fogo de artifício com estampido deixa os animais ou as pessoas descontroladas. No caso dos animais, é descontrole, pois eles chegam a se jogar nas paredes, e, também, quanto as pessoas autistas, atinge a saúde do ser humano. Nós aprovamos, no ano passado, por unanimidade, um projeto que autoriza o poder público e a sociedade a soltar fogos à vista - fogos à vista são aqueles que nós conhecemos, coloridos, como disse o Ver. Janta, mas sem estampidos. Fogos com estampidos não pode mais em Porto Alegre, está proibido, e o poder público deve saber. Há poucos dias, quando nós tivemos algumas festas na cidade, teve muitos fogos com estampidos, nós consultamos o poder público municipal, e ele nos respondeu que não teve nenhuma denúncia de fogos com estampido. É óbvio que o governo sabe que tem uma legislação que proíbe os fogos com ruído, mas que permite os fogos à vista, os famosos fogos coloridos. Eu estava conversando com a Ver.<sup>a</sup> Lourdes no plenário, e, na legislatura anterior, ela apresentou um projeto nessa direção, com a possibilidade, inclusive, de ser cassado o alvará de quem fabricar, soltar ou vender os fogos com estampido. Foi aprovado, mas, no ano seguinte, por influência de alguém, esse projeto de lei acabou, infelizmente, sendo revogado. Ao perceber que isso havia acontecido, nós apresentamos uma outra alternativa: que proíbe, então, os fogos com estampido, ou seja, o cidadão e o poder público não podem fazer isso, em defesa das pessoas que têm algum tipo de deficiência ou até mesmo uma patologia, uma doença, como o autismo, e também dos animais. É lamentável o quanto isso é prejudicial para a saúde do ser humano e para a saúde dos animais. Portanto, esperamos que o governo cumpra essa legislação atual, foi uma lei aprovada e sancionada. Tenho certeza absoluta de que ele irá cumprir. Era para ter aqui a chamada festa de *réveillon* na orla do Guaíba e não vai ter mais. Isso já é um bom sinal. Também não vamos impedir de ter algumas festas na cidade, mas com fogos à vista e não com estampido. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Boa tarde, Presidente; boa tarde às colegas e aos colegas; 2020 foi um ano muito difícil, muito difícil. Nós enfrentamos uma pandemia, nós enfrentamos o legado dessa pandemia, nós enfrentamos o governo Bolsonaro, que atesta ou pactua com um vírus que matou mais de 600 mil pessoas neste País. Têm sido dias duros para o povo brasileiro nesse contexto, porque hoje nós temos a comprovação de que se a vacina não tivesse sido negada, ou negligenciada, nós teríamos aqui a prova, nós teríamos o povo vivo e nós não estaríamos falando de mais de 600 mil famílias que não vão comemorar o Natal e o Ano Novo. É muito triste isso, porque pensamos que nós estamos às vésperas de um final de ano, de um difícil para o povo brasileiro, que vai sentir na mesa, na sua mesa, a ausência dos seus familiares. E o legado dessa pandemia é também o desemprego, a fome que assola o cotidiano do nosso povo e a desesperança. Isso é muito difícil. Foram

dias duros também, na Câmara de Vereadores, afinal de contas, a oposição, que é composta por um bloco de três partidos, também enfrentou esse projeto, liderado pelo nosso líder, Pedro Ruas. Foram dias muito difíceis, foram enfrentamentos duros, onde nós dissemos qual a opinião da cidade, o que a cidade precisava para se levantar, afinal de contas, essa dificuldade nós encontramos a cada sinaleira que nós passamos ou quando nós vamos visitar os nossos familiares, Daiana, que sofrem com o legado de cada enchente, mas que também sofrem com o cotidiano duro de não ter aquela cesta básica que fez total diferença na mesa do nosso povo, e que até aqui tem convivido com essa que tem sido uma forma das mais cruéis de apresentar ou de exemplificar para o povo o que é a desigualdade, que é a fome. Portanto, nós também convivemos com a chegada da primeira bancada negra da história desta cidade, também distribuída entre os três partidos: PT, PCdoB e PSOL. No PCdoB. Nós temos uma bancada 100% negra, feminista, de mulheres da periferia da cidade, que hoje ocupam esta tribuna para dizer que não pactuam com o projeto, seja da direita, ou seja da esquerda, de negligenciar os espaços de poder, de não coletivizar os espaços importantes que definem o rumo da cidade, afinal de contas nós gritamos aos quatro cantos que a base do governo nos isolou, e nós não somos poucas vozes. Nós temos uma relação muito íntima com esta cidade, íntima no mais profundo sentido da palavra, e é muito duro, Ver.<sup>a</sup> Laura, ter que enfrentar ou ter que denunciar aqui, dizendo que nós não pactuamos com um projeto apresentado pelo nosso bloco, por esse bloco pelo qual nós temos muita estima, estima que nós construímos não na Câmara de Vereadores, que nós construímos na luta do cotidiano do nosso povo. É muito difícil; hoje, aliás, é um dos dias mais difíceis para mim ocupar esta tribuna, mais difíceis, porque nós não estamos falando da ocupação dos espaços, não é por cargo, nós estamos brigando por projeto, projeto político de poder, que fala, sim, do povo negro, porque, afinal de contas, eu quero reconstruir esse projeto, e eu acho que a oposição precisa ter a grandiosidade de rediscuti-lo. Eu acredito, Ver. Ruas - ainda no comando - que o nosso próximo líder, que será o Ver. Oliboni, precisa se dedicar tanto para manter a unidade dessa oposição, quanto para mantê-la unida para enfrentar o bolsonarismo, o Bolsonaro, e todo esse projeto que pactua com a morte do nosso povo. Eu venho, Presidente, utilizar esta tribuna para reivindicar, para dizer que não pactuamos com o projeto apresentado, com a nominata apresentada que fala de quatro anos de um apagão político do PCdoB. Foi o PCdoB que representou, Presidente, 45% dos votos desta cidade, foi a cara de Manuela d'Ávila que enfrentou a eleição, foi a cara de Manuela d'Ávila que liderou esse projeto, por isso nós não pactuamos. Então, eu espero que nós tenhamos juntos a grandiosidade, porque nós debateremos até o final, espero que a gente possa não ser adversários uns dos outros e que gente possa juntos construir uma Câmara de Vereadores menos hostil à nossa existência, à nossa chegada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Sr. Presidente, eu quero trazer informações sobre as críticas de que o Município está mal com relação aos animais. Eu quero dizer que, desde 2011, quando começamos, já temos 1.789 castrações. No ano de 2021, com a terceirização, nós temos, até agora, 8.361 esterilizações, portanto, muitos nascimentos de cães e gatos deixarão de acontecer, e é uma empresa que começou, praticamente, as suas funções, na totalidade, no mês de março. Então, estamos contemplados. Também temos 5.676 atendimentos clínicos de cães e gatos; 19.091 exames laboratoriais e de imagens – isso não tinha; 930 cirurgias gerais ortopédicas – também não tinha; 17 médicos-veterinários e auxiliares da empresa contratualizada. O gabinete, que é enxuto, não é cabide de emprego, não é ilusório, realizou 2.075 ações fiscais; 1.509 ações fiscais específicas daqueles casos mais graves, daqueles casos que têm que ir direto; 100 pessoas com excesso de animais estão cadastradas, e 60 foram vistoriadas. Também temos um edital novo, com 62 protetoras e expositoras do brechó da Prefeitura, que têm direito a 3.430 castrações - não tinha; 1.250 atendimentos clínicos. Portanto, está muito bem a gestão com os animais. E eu quero registrar aqui, sabe quando tudo começou? No governo Fogaça, antes disso nós brigávamos contra o extermínio, o extermínio na Lomba do Pinheiro, que eu não vou citar quem é que comandava, não era o meu partido. Então, não venham fazer conversas com inexperiência, só porque viram em algum local tal informação. Não temos como atender todo o plantel de animais por excessos, por falta de controle populacional ao longo dos anos; isso, os gestores públicos que têm que responder, onde colocar. Caxias do Sul abriu um espaço, tinha quase 3 mil animais albergados, e a população abandonando. São outros modelos de prevenção que estamos buscando fazer. Estamos buscando a descentralização, sabem o que é isso? Atende a Lomba do Pinheiro e região, e outras clínicas podem se credenciar. E quem fala em recursos aqui: quanto passaram de recursos das emendas impositivas, Ver. Jonas? Eu passei R\$ 1,233 milhão para os animais da Prefeitura. Portanto, essas teorias de vir para a tribuna, desmerecer o trabalho que está sendo feito, eu não vou compactuar. Sobre recursos tenho isso.

Também, não concordam que saiam abrindo secretarias, colocando cargos em comissão, se nós temos já uma empresa, contratualizada, com 17 veterinários e auxiliares, que o custo é bem menor do que se fosse público. Então considero que está bem.

Também, dizer que o projeto de lei do Ver. Oliboni é muito bem-vindo, porque eu aprovei uma lei aqui, em 2016, e que derrubaram em 2017; um médico que estava na Casa derrubou, com o *lobby* dos fogos de artifício. Então é muito bom que tenha lei, outras leis, porque os fogos de artifício são nocivos, são nocivos para as pessoas, para os sequelados, para aposentadorias precoce, para os animais que sofrem, para os especiais, enfim, quem está nesse meio, sabe.

Aproveitando meus últimos minutos, eu não sei se o Ver. Ramiro está aqui, eu apresentei um projeto que visa evitar o problema de acúmulo de animais para protetoras, para ONGs e para o Município. Chegam num terreno que vai ter um empreendimento, botam fora que as protetoras recolhem? Não, nos casos esporádicos em que isso acontece, o empreendedor, administrativamente, tem concordado, tem

apoiado; aí eu apresentei esse projeto, e o Ver. Ramiro pediu uma diligência para ver o impacto econômico do projeto para as construções, que já tem o risco do empreendimento aumentado em função de possíveis embargos decorrente da onipresença da fauna. O impacto é a Lei nº 14.064 que qualquer dia, se jogar animal fora, os empresários serão presos. É isso que querem? Não, nós queremos a prevenção, nós queremos que isso seja relacionado como é feito com os animais silvestres e seja trabalhado em conjunto com a Prefeitura, em conjunto com a proteção e que não faça o descarte de animais. O impacto econômico é o cumprimento da lei, Ver. Ramiro Rosário, o senhor não está aqui, mas já quero lhe antecipar, se quiser deixar assim, nós vamos usar o rigor da Lei nº 14.064 que dá dois a cinco anos de cadeia. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Laura Sito está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADORA LAURA SITO (PT):** Boa tarde, Presidente Márcio; boa tarde aos colegas vereadoras e vereadores. Venho utilizar o tempo da liderança de oposição para expressar o quanto que esta sessão, na verdade, tem uma marca simbólica, para nós, muito significativa. Eu, como vereadora de primeiro mandato, tenho a dizer que ser vereadora sob o governo Bolsonaro, quando elegemos, nesta cidade, a primeira bancada negra num governo ao qual nós travamos duras lutas, seja pelo combate à fome, seja pelo debate sobre transporte público, seja em defesa dos servidores públicos municipais, seja em defesa das políticas públicas para as minorias, tem sido uma batalha intensa, diária, a cada semana, nesta Casa Legislativa. Iniciamos esta Legislatura sobre uma grande dificuldade de diálogo e de compreender este espaço com a dimensão, com a pluralidade que ele tem e com a dimensão política a qual ele representa para a nossa cidade. Tivemos, de fato, uma dificuldade de termos uma interdição do diálogo estabelecido, aquele que nos foi demandado, através das urnas, tanto no dia 15 de novembro quanto no resultado final no dia 29 de novembro de 2020, e, depois de uma dura batalha que travamos, pudemos nós, da oposição, através de uma ação judicial, conquistar o nosso espaço na Mesa Diretora, conquistar a nossa Comissão de Orçamento, a CEFOR, e travamos, portanto, a partir disso, uma reafirmação da nossa agenda para a cidade que cunhou, sob a liderança da Manuela d'Ávila no segundo turno, 45% dos votos. Dentro disso, fizemos história, inclusive tendo a primeira mulher negra a integrar a Mesa Diretora, a primeira mulher negra a presidir uma sessão nesta Casa Legislativa. Momentos que foram uma conquista do todo, mas, principalmente, do nosso bloco, da agenda política que nós reafirmamos dentro desta Casa.

Para nós chegarmos hoje à penúltima semana deste ano Legislativo e podermos desenhar uma composição para Casa, onde todos os campos políticos possam se enxergar e onde nós possamos restabelecer o espaço democrático dentro desta Casa, para nós é um passo muito importante. Acreditamos que nós, da oposição, tivemos um papel central em reafirmar que a reabertura, o restabelecimento do espaço democrático

nesta Casa era fundamental, para que nós pudéssemos fazer os debates, acerca da cidade, de uma maneira mais qualificada, mais aprofundada. Infelizmente, com muitas derrotas, como que tivemos, mas com espaço, para que nós pudéssemos travar grandes debates, defendendo uma agenda política que, na nossa compreensão, ainda que tenha sido minoritário nas urnas, representa a grande maioria do povo trabalhador desta cidade e que o sistema político, da forma como está, distorce na representação institucional. Contudo, reafirmamos aqui a importância de nós conseguirmos compelir, conjuntamente, um desenho para composição de comissões, da Mesa Diretora do próximo ano, do próximo período, de uma forma dialogada, de uma forma consensuada, para que nós, assim, possamos, mais uma vez, consolidar o espaço de avanço, de diálogo que tivemos e reafirmar o restabelecimento democrático desta Casa Legislativa.

Eu, particularmente, estando na Mesa Diretora, compreendo que, ao chegarmos ao final deste ano, podendo fazer esse desenho desta forma, é um avanço muito importante e uma vitória muito importante não apenas de nós, vereadores da oposição, não somente da Casa, mas, principalmente, uma vitória da cidade, do espaço democrático. Porto Alegre que foi uma cidade símbolo disso não pode ter uma Casa Legislativa com o seu debate interdito. Nós compreendermos a dimensão histórica daquilo que a gente conduz, daquilo que a gente produz sobre um contexto de exceção, sobre um contexto tão duro de debate político que nós travamos no Brasil; ele deve ter um pensamento, uma avaliação, uma condução grandiosa. É isso que nós esperamos para esta tarde, é isso que nós viemos construir aqui no dia de hoje.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Por acordo de líderes, estão encerrados os trabalhos da presente sessão, convocando as Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores para a 028ª Sessão Extraordinária a ser realizada a seguir.

(Encerra-se a sessão às 15h24min.)

\* \* \* \* \*